

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

Para que as funções de governança sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados, como liderança, estratégia e controle. Assinale a opção correspondente à função do mecanismo controle.

- A** princípios e comportamentos
- B** sistema de governança
- C** alinhamento transorganizacional
- D** relacionamento com partes interessadas
- E** *accountability* e transparência

Questão 22

No que se refere ao código de ética da INTOSA (ISSAI 30), assinale a opção correspondente aos seus cinco valores fundamentais.

- A** integridade; independência e objetividade; competência; comportamento profissional; confidencialidade e transparência
- B** integridade; independência e objetividade; competência; comportamento profissional; liderança
- C** integridade; independência e subjetividade; competência; liderança; confidencialidade e transparência
- D** integridade; independência e objetividade; liderança; comportamento profissional; confidencialidade e transparência
- E** liderança; competência; independência e subjetividade; comportamento profissional; confidencialidade e transparência

Questão 23

No que tange aos princípios relacionados à auditoria relatados na ISSAI 100, assinale a opção que corresponde ao processo de execução de auditoria.

- A** Os auditores devem realizar e avaliar os riscos de fraude relevantes para os objetivos de auditoria.
- B** Os auditores devem assegurar que os termos de auditoria sejam claramente estabelecidos.
- C** As entidades fiscalizadoras superiores devem monitorar as questões relatadas como relevantes.
- D** Os auditores devem realizar plano de trabalho para assegurar que a auditoria seja conduzida de maneira eficiente e eficaz.
- E** Os auditores devem avaliar a evidência e extrair conclusões.

Questão 24

Julgue os próximos itens, relativos a relatórios e pareceres de auditoria.

- I** Nos trabalhos de certificação, o relatório de auditoria pode expressar uma opinião quanto à informação do objeto, em todos os aspectos relevantes, estar livre de distorções, ou o objeto estar em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos.
- II** Caso o auditor discorde de evidências de auditoria acerca de certos itens do objeto que sejam ou possam ser relevantes, mas não generalizados, ou seja incapaz de obter essas informações de forma suficiente e apropriada, ele deve emitir um parecer com opinião adversa.
- III** Após ter obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, caso o auditor conclua que desvios ou distorções, quer individualmente ou no agregado, sejam relevantes e generalizados, deverá emitir parecer com abstenção de opinião.
- IV** Quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, devido à incerteza ou limitação de escopo, que seja tanto relevante quanto generalizada, deverá emitir parecer com opinião adversa.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- E** Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 25

Assinale a opção correta, no que diz respeito a conceitos de proficiência, zelo profissional e desenvolvimento profissional contínuo.

- A** Por não poder obter assessoria e assistência qualificadas, o chefe executivo de auditoria é auxiliado pelos auditores internos, devendo estes possuir conhecimento, habilidades ou outras competências necessárias à realização de todo o trabalho de auditoria.
- B** Os auditores internos devem possuir expertise acerca da avaliação de risco de fraude e da forma como esse risco é gerenciado pela organização, agindo como um profissional cuja principal responsabilidade é detectar e investigar fraudes.
- C** Os auditores internos devem aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades e outras competências por meio de desenvolvimento profissional contínuo.
- D** Do mesmo modo que um auditor interno cuja principal responsabilidade é a auditoria de tecnologia da informação, os auditores internos, para a execução de seus trabalhos, devem ter expertise sobre os principais riscos e controles de tecnologia da informação bem como as técnicas de auditoria que utilizam tecnologia.
- E** Os auditores internos devem estar atentos aos riscos significantes que possam afetar os objetivos, as operações ou os recursos, mesmo que os procedimentos de avaliação isoladamente garantam que todos os riscos significantes sejam identificados.

Questão 26

Considerando a ISSAI 100, no que tange aos principais tipos de auditoria do setor público, assinale a opção correta.

- A** A auditoria financeira é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- B** A auditoria financeira determina se um objeto particular está em conformidade com as normas que regem a entidade auditada, identificadas como critérios.
- C** A auditoria operacional tem por objetivo determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade bem como se há espaço para aperfeiçoamento.
- D** A auditoria de conformidade determina se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- E** Na auditoria financeira, o desempenho é examinado segundo critérios adequados, analisando-se as causas de desvios desses critérios ou outros problemas. O objetivo é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento.

Questão 27

Julgue os próximos itens, relativos aos papéis relacionados às estruturas administrativas (instâncias) do sistema de governança em órgãos e entidades da administração pública.

- I As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel na promoção da governança das organizações públicas, sendo o Tribunal de Contas da União um exemplo dessas estruturas.
- II As instâncias externas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, sendo a ouvidoria um exemplo típico dessa estrutura.
- III As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Também são responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público, servindo de elo entre principal e agente.
- IV As instâncias internas de apoio à governança são responsáveis pela avaliação, pela auditoria e pelo monitoramento independente e, nos casos em que as disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança, sendo as auditorias independentes um exemplo típico dessas estruturas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- E** Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 28

Com base nas orientações do COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway), controle interno caracteriza-se como

- A** um processo voltado ao desenvolvimento, à implementação e à condução de controles nos níveis estratégico, tático e operacional de uma organização.
- B** um processo que deve estar sob a gestão da auditoria interna, destinando-se a auxiliar no alcance dos resultados organizacionais.
- C** um conjunto de orientações destinadas a organizações de grande e médio portes, apresentando pouca eficácia nas de pequeno porte.
- D** um conjunto de princípios, regras e orientações destinado a garantir que os objetivos organizacionais sejam alcançados.
- E** uma estrutura de regras e procedimentos destinada à melhoria dos controles das organizações e à total eliminação dos riscos aos quais estão expostas.

Questão 29

Segundo o COSO, a estrutura de controle interno tem sua atuação voltada para três categorias de objetivos organizacionais. A esse respeito, julgue os itens a seguir, no que se refere a órgãos públicos estaduais.

- I O emprego de dados desatualizados ou extraídos de fontes não fidedignas em relatórios de prestação de contas anual a órgãos controladores caracteriza fato nocivo ao alcance dos objetivos de divulgação ou comunicação.
- II A implementação de ações para alcançar maiores níveis de satisfação da população quanto aos serviços que presta e maiores índices de eficiência e eficácia em sua atuação caracteriza a busca pelo alcance dos objetivos de conformidade.
- III A identificação de inobservância à norma referente à aquisição de insumos para operações incorre em situação prejudicial para o alcance dos objetivos operacionais do órgão.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens II e III estão certos.
- C** Apenas o item I está certo.
- D** Apenas o item II está certo.
- E** Apenas o item III está certo.

Questão 30

O COSO descreve a estrutura integrada de controles internos como um conjunto de cinco componentes integrados e cada um com foco específico de atuação. Um desses componentes é o ambiente de controle, cuja atuação abrange

- Ⓐ a adoção de valores éticos por todos os membros da organização e o processo de atração e retenção de importantes talentos pela organização.
- Ⓑ a identificação dos fatores internos e externos que podem prejudicar a organização a alcançar seus objetivos e a definição da estrutura organizacional adequada em todos os níveis.
- Ⓒ o estabelecimento de rotinas destinadas a dar conhecimento a todo empregado sobre suas atribuições e a definição de critérios relacionados a criar incentivos e estabelecer premiações por desempenho.
- Ⓓ a adoção de parâmetros para o funcionamento adequado da estrutura de governança e a estruturação de normas e procedimentos destinados à prestação de informações a outras organizações.
- Ⓔ a avaliação da eficácia do sistema de controles internos implementado pela organização e o incentivo a adequadas ações de delegação de autoridade e de responsabilidade.

Questão 31

Segundo o COSO, o componente atividades de controle

- Ⓐ é responsável por identificar falhas no funcionamento dos componentes avaliação de riscos e ambiente de controle.
- Ⓑ caracteriza-se como um conjunto de normas e procedimentos que constitui a base para a efetiva implementação de controles internos em uma organização.
- Ⓒ depende de desenvolvimento e implementação de procedimentos automatizados para alcançar os resultados esperados.
- Ⓓ tem sua atuação prejudicada em unidades organizacionais nas quais não se pode adotar a segregação de funções.
- Ⓔ tem sua atuação pautada em ações de natureza preventiva e corretiva, como revisões de resultados operacionais, autorizações e verificações.

Questão 32

Para o COSO, o monitoramento em um sistema de controles internos caracteriza-se por ser um

- Ⓐ sistema que tem sua efetividade dependente da escolha adequada do tipo de monitoramento a ser utilizado, avaliações contínuas ou avaliações em separado, posto que ambas são conflitantes entre si.
- Ⓑ conjunto de regras e procedimentos que se utiliza, quando atua com avaliações contínuas, de avaliações de controles periódicas e não integradas ao dia a dia das operações das organizações.
- Ⓒ componente do sistema de controles internos que emprega controles-chave (*key controls*) como mecanismos de detecção de falhas, antes que elas provoquem danos ao alcance dos objetivos organizacionais.
- Ⓓ sistema que alcança maior objetividade quando emprega superior hierárquico como avaliador das atividades realizadas por subordinados, em comparação com o uso de avaliadores independentes para o mesmo fim.
- Ⓔ componente do sistema de controles internos, que deve evitar empregar funcionário que atue com a verificação de controles em suas atividades normais como avaliador do sistema de controles internos.

Questão 33

Segundo o COSO, todo sistema de controle interno está sujeito a falhas, causadas por limitações em sua própria estrutura, que acabam comprometendo sua efetividade. Considera-se como uma dessas limitações a

- I ocorrência de falhas humanas provocadas por desatenção, erros de interpretação, julgamento ou execução.
- II possibilidade de que controles sejam burlados por meio de conluio entre pessoal terceirizado, empregados e dirigentes.
- III inexistência de diretrizes e mecanismos de prevenção contra fraudes internas e externas.
- IV ausência de orientações, a dirigentes e demais empregados da organização, relacionadas às suas responsabilidades quanta ao sistema de controles internos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ III e IV.
- Ⓒ I e III.
- Ⓓ II e IV.
- Ⓔ II e III.

Questão 34

Acerca da classificação das políticas públicas referidas quanto às funções econômicas do Estado, julgue os itens a seguir.

- I A obra pública de transposição do rio São Francisco configura um exemplo da função alocativa.
- II As políticas econômicas governamentais adotadas, nas décadas de 1980 e 1990, para controlar a hiperinflação são exemplos da função estabilizadora.
- III As políticas de transferência de renda a populações mais carentes, como o programa Bolsa Família ou o Abono/Auxílio Emergencial distribuído no período da pandemia, são exemplos da função distributiva.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Espaço livre

Texto 1A2-I

Determinada entidade do setor público apresentou o demonstrativo financeiro relativo a receitas e despesas recebidas em 2019, conforme o quadro hipotético seguinte.

receitas		despesas	
receita patrimonial	R\$ 500.000	pessoal ativo	R\$ 10.000.000
receita industrial	R\$ 100.000	amortização de dívida de LP	R\$ 1.000.000
operações de crédito	R\$ 1.000.000	aquisição de material de expediente	R\$ 100.000
alienação de bens	R\$ 100.000	juros sobre a dívida por contrato	R\$ 1.000.000
amortização de empréstimos	R\$ 100.000	aquisição de pneus para frota de veículos	R\$ 200.000
receita tributária	R\$ 10.000.000	aluguel de veículo	R\$ 100.000
transferências de capital	R\$ 1.000.000	obrigações patronais	R\$ 1.000.000
transferências correntes	R\$ 5.000.000	construção de unidade básica de saúde	R\$ 5.000.000
receita de contribuições	R\$ 1.000.000	aquisição de imóveis para instalação de postos de saúde	R\$ 1.000.000
receita de serviços	R\$ 1.100.000	encargos sobre operações de crédito	R\$ 500.000

Questão 35

Com base nos dados apresentados no texto 1A2-I, o valor correto das receitas de capital é

- A R\$ 1.100.000.
- B R\$ 1.200.000.
- C R\$ 2.000.000.
- D R\$ 2.100.000.
- E R\$ 2.200.000.

Questão 36

Com base nos dados mostrados no texto 1A2-I, o valor correto das despesas de capital é

- A R\$ 8.500.000.
- B R\$ 8.000.000.
- C R\$ 7.500.000.
- D R\$ 7.000.000.
- E R\$ 6.000.000.

Questão 37

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei n.º 4.320/1964, caso o setor de mineração brasileiro recorra ao Governo Federal com o objetivo de obter empréstimo para poder se capitalizar e aumentar a sua produção mineral, o empréstimo solicitado

- A não poderá ser concedido, devido a proibição expressa na LRF.
- B não poderá ser concedido, em virtude de proibição expressa na Lei n.º 4.320/1964.
- C poderá ser efetivado, desde que haja autorização em lei específica, observância às disposições da LDO e previsão na LOA ou em crédito adicional.
- D deverá ser contratado na forma de adiantamento de receitas orçamentárias, para quitação até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício financeiro.
- E poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Executivo, já que independe de aprovação legislativa.

Questão 38

No que concerne à gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

- I Está proibido de receber transferências voluntárias da União, por ausência de requisito essencial da gestão fiscal responsável, o município que institua taxas e realize estimativas da receita associada, mas que não efetive a arrecadação de tal receita.
- II Para fins de cumprimento de metas fiscais, o Poder Executivo federal poderá limitar, mediante decreto de contingenciamento, a execução de despesas decorrentes de obrigação constitucional, dado o caráter meramente autorizativo da LOA.
- III Caso a realização de receita prevista no orçamento seja incompatível com as metas fiscais da LDO, conforme apuração bimestral, os Poderes Judiciário e Legislativo estarão sujeitos às regras de limitação de empenho da despesa e de movimentação financeira.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 39

Acerca do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016 (federal) e pela EC n.º 88/2016 (estado do Ceará), julgue os itens a seguir.

- I O novo regime fiscal definido na EC n.º 95/2016 aplica-se a toda a Federação.
- II As despesas primárias relativas ao aumento de capital de empresas estatais não dependentes estão incluídas nas limitações de gastos do novo regime fiscal.
- III Se a Assembleia Legislativa do Ceará ultrapassar o limite individualizado de despesas definido pelo novo regime fiscal da EC n.º 88/2016, ficará proibida de promover alteração na estrutura de suas carreiras que implique aumento de despesa com pessoal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 40

A respeito da ata de registro de preços, julgue os itens subsequentes.

- I É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata.
- II A ata será cancelada quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado.
- III Há limitação quanto ao quantitativo a ser adquirido por meio de adesão à ata.
- IV A validade da ata poderá exceder doze meses caso não tenha sido adquirida a totalidade do quantitativo registrado.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

Questão 41

Consiste em possibilidade de licitação com aplicação do regime diferenciado de contratações públicas

- A obra de infraestrutura para aeroportos das capitais dos estados.
- B serviço de engenharia relacionado a melhorias na mobilidade urbana.
- C aquisição de bens duráveis a serem utilizados no Sistema Único de Saúde (SUS).
- D aquisição de bens para melhoria das unidades de atendimento socioeducativo.
- E serviço de engenharia para construção de escola técnica profissionalizante.

Questão 42

Consiste em hipótese que exige a formalização de termo aditivo ao contrato administrativo

- A repactuação em decorrência de convenção coletiva.
- B reajuste de preços previstos no contrato.
- C empenho de dotações orçamentárias suplementares.
- D compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento contratualmente fixado.
- E supressão do valor com anuência da contratada.

Questão 43

Nas contratações da administração efetuadas por meio de pregão eletrônico, é atribuição do pregoeiro

- A efetuar a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- B determinar a convocação dos interessados por meio de edital.
- C justificar as exigências de habilitação de acordo com o objeto.
- D determinar aos interessados a apresentação da garantia de proposta antes do início da sessão.
- E propor alterações no termo de referência, caso a licitação seja fracassada.

Questão 44

De acordo com a Lei de Licitações, quando a administração contrata mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com fornecimento de materiais, tem-se a

- A empreitada por preço global.
- B empreitada por preço fixo.
- C tarefa.
- D empreitada integral.
- E execução de serviço com aquisição.

Questão 45

Celebrado o contrato administrativo para aquisição de equipamento de laboratório, com prestação de garantia pelo contratado, esta será liberada após

- A o encerramento da garantia do equipamento.
- B a entrega do objeto.
- C o recebimento definitivo do objeto.
- D a execução do contrato.
- E o pagamento da fatura.

Questão 46

Para evitar que a execução da despesa orçamentária ultrapasse a arrecadação efetiva, o registro da receita orçamentária deve ocorrer no momento

- A da previsão.
- B da prestação de contas.
- C do lançamento.
- D da arrecadação.
- E do recolhimento.

Questão 47

Para a prevenção de riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, a inscrição de restos a pagar deve observar

- A o consumo do bem ou serviço prestado.
- B a solicitação formal do fornecedor que entregou o bem ou serviço.
- C as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente.
- D a existência de dotação orçamentária específica.
- E a transferência de saldos no processo de encerramento do exercício.

Questão 48

No caso de despesas com exercícios anteriores, o reconhecimento da obrigação de pagamento pela autoridade competente deverá ocorrer

- A no momento do encerramento do exercício financeiro, quando as demais despesas do exercício tiverem sido pagas.
- B em procedimento administrativo específico.
- C quando houver disponibilidade de caixa.
- D na abertura do exercício financeiro, quando os pagamentos pendentes forem levantados.
- E automaticamente, considerando que essas despesas já cumpriram o rito da execução orçamentária.

Questão 49

A mensuração inicial de um ativo do setor público obtido por meio de transação sem contraprestação deverá ser feita pelo

- A valor histórico.
- B valor presente do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos desse ativo.
- C valor justo na data da aquisição.
- D valor de mercado.
- E montante que a entidade poderá obter com a venda desse ativo, após deduzir os gastos para a venda.

Questão 50

Relativamente à elaboração de demonstrações contábeis de entidades do setor público, a omissão ou distorção de uma informação é considerada material quando

- A corresponder a entradas ou saídas de caixa.
- B puder influenciar, individual ou coletivamente, as decisões econômicas que os usuários tomam com base nessas demonstrações.
- C os itens a serem divulgados representarem mais de 10% do grupo de elementos que compõem essas demonstrações.
- D a responsabilidade por essa informação puder ser atribuída a determinado agente público ou político.
- E promover alterações nos elementos patrimoniais, afetando seu resultado para mais ou para menos.

Questão 51

O secretário de saúde do estado do Ceará verificou que a divulgação de determinada informação de interesse público poderia pôr em risco a vida e a saúde da população, sendo necessário mantê-la sob sigilo por pelo menos dez anos, conforme demonstrado nos documentos técnicos utilizados.

Nesse caso hipotético, considerando a legislação vigente aplicável, é possível classificar essa informação como

- A** confidencial, independentemente de delegação pela autoridade responsável.
- B** reservada, independentemente de delegação pela autoridade responsável.
- C** secreta, dependendo de proposta pelo comitê setorial de acesso à informação correspondente.
- D** sigilosa, pelo secretário de saúde, dependendo de ratificação pelo conselho estadual de acesso à informação.
- E** ultrassecreta, pelo governador, dependendo de ratificação pelo comitê gestor de acesso à informação.

Questão 52

Considere que determinado cidadão tenha desejado saber quais eram o tamanho e a composição da equipe de plantão de um hospital público do estado do Ceará, em um dia específico do mês. Tendo em vista essa situação e considerando a legislação e os normativos vigentes, essa informação deverá ser disponibilizada por meio de

- A** canal de transparência ativa, por constar do rol de informações que necessariamente devem estar disponíveis.
- B** registro de reclamação na ouvidoria correspondente, por se tratar de demonstração de insatisfação relativa a algum serviço público.
- C** canal de transparência passiva, por não constar do rol de informações que necessariamente devem estar disponíveis.
- D** registro de denúncia na ouvidoria correspondente, por se tratar de caso de comunicação de ausência de informação.
- E** registro de consulta na ouvidoria correspondente, por se tratar de informação que se deseja receber sobre uma situação.

Questão 53

Um dos pilares sobre os quais está fundamentada a Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência fiscal, que se materializa, a partir das suas previsões normativas, não apenas por mecanismos de divulgação ampla e geral de informações, como pelo estímulo à participação popular, o que se revela por meio de seu viés de cidadania fiscal. De acordo com a referida lei, é correto afirmar que

- A** é obrigatória, para os municípios com mais de cem mil habitantes, sendo opcional para os demais casos, a disponibilização das informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa.
- B** é obrigatória a disponibilização, em tempo real e em meios eletrônicos de acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, independentemente da quantidade de habitantes do município.
- C** é opcional, para municípios que tenham até cinquenta mil habitantes, a disponibilização, em meios eletrônicos de acesso público, do relatório resumido da execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal.
- D** é obrigatória a disponibilização, pela União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, das prestações de contas e seus respectivos pareceres prévios, admitindo-se como condição o cadastramento de usuário e senha para acesso.
- E** é opcional, para os municípios que tenham até cinco mil habitantes, o envio de suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.

Questão 54

A evolução da administração pública atual sinaliza que o momento é crucial para investir cada vez mais na excelência em gestão. Uma das evoluções recentes é a exigência de divulgação da carta de serviços ao usuário, que tem como conteúdo mínimo obrigatório

- A** serviços oferecidos e servidores disponíveis para atendimento, incluindo dia e horário.
- B** locais, formas e procedimentos para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.
- C** previsão do prazo mínimo para a prestação do serviço e prioridades de atendimento.
- D** informações quanto à eliminação de formalidades e de exigências desnecessárias.
- E** manifestações anteriores encaminhadas por usuários de serviços públicos, contendo motivo e análise de pontos recorrentes.

Questão 55

No que diz respeito ao Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, é correto afirmar que

- A** sua composição conta com representação equânime de todos os poderes.
- B** os representantes serão designados, por ato específico do chefe de cada poder, de acordo com a origem do indicado.
- C** devem ser elaborados relatórios regionais acerca do nível de transparência e aplicação da política de privacidade.
- D** os representantes que compõem o referido conselho terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- E** devem ser elaborados estudos e realizados debates e audiências públicas sobre a proteção de dados pessoais.

Questão 56

Com relação ao papel da ouvidoria, ao processo de transparência e à participação da sociedade na gestão de políticas públicas, assinale a opção correta.

- A** As ouvidorias públicas contribuem para o aumento da eficiência das agências de governo por impedirem que novas denúncias sobre fatos recorrentes ocorram.
- B** A efetividade da *accountability* vertical, representada pela existência de ouvidorias no setor público, depende da participação popular, conhecida como *accountability* horizontal.
- C** O controle social, conhecido como *accountability* societal, resulta da mobilização da sociedade por meio de manifestações, que venham a, por exemplo, expor erros governamentais.
- D** As ouvidorias públicas são instrumentos de transparência ativa, por funcionarem como instrumento de interação entre o órgão público e a sociedade.
- E** A existência de ouvidoria pública implantada permite constatar a existência de transparência pública em estágio avançado na entidade implantadora.

Questão 57

De acordo com o Código Civil, a personalidade civil da pessoa inicia-se a partir

- A** da concepção.
- B** do registro de nascimento em cartório.
- C** dos dezesseis anos de idade.
- D** do nascimento com vida.
- E** dos dezoito anos de idade.

Questão 58

De acordo com o Código Civil, considera-se bem móvel, para todos os efeitos legais,

- A** material separado de um prédio provisoriamente para ser a ele reincorporado.
- B** energia que tenha valor econômico.
- C** o solo.
- D** tudo que se incorpora ao solo natural e artificialmente.
- E** edificação cuja unidade separada do solo seja removida para outro local.

Questão 59

Acerca da tutela do nome como direito da personalidade constante do Código Civil, assinale a opção correta.

- A** O nome da pessoa pode ser utilizado por outrem para publicações que a exponham a desprezo público.
- B** O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção conferida ao nome.
- C** Não havendo intenção difamatória, o nome da pessoa pode ser utilizado por outrem para publicações que a exponham a desprezo público.
- D** Representações que exponham determinado nome a desprezo público podem ser realizadas quando o desprezo for justificado.
- E** Nome alheio pode ser utilizado em propaganda comercial sem a necessidade de autorização.

Questão 60

Conforme os termos previstos no Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público

- A** as autarquias.
- B** as sociedades.
- C** as organizações religiosas.
- D** os partidos políticos.
- E** as associações.

Questão 61

Consoante às normas referentes a ação, assinale a opção correta.

- A** A ação pode ser proposta para proteger direito alheio em qualquer hipótese, já que preenche o requisito de legitimidade.
- B** A ação popular não pode ser proposta para proteger o patrimônio público, já que não preencheria os requisitos de legitimidade e interesse.
- C** A ação deve proteger direito próprio, sendo inviável para pleitear direito alheio.
- D** A ação popular diz respeito apenas a direito próprio, podendo ser pleiteada por qualquer cidadão, uma vez que preenche os requisitos de legitimidade e interesse.
- E** A ação deve proteger direito próprio, sendo possível pleitear direito alheio em nome próprio em circunstâncias autorizadas pelas normas que compõem o ordenamento jurídico.

Questão 62

Acerca da publicidade relativa aos atos processuais, assinale a opção correta, de acordo com o Código de Processo Civil.

- A** Atos processuais que tramitam de maneira pública podem ser consultados somente pelas partes.
- B** Atos processuais são públicos, podendo tramitar em sigilo caso versem sobre casamento e divórcio.
- C** Atos processuais são sigilosos, podendo tramitar de maneira pública se houver interesse das partes.
- D** Atos processuais que tramitam em segredo de justiça podem ser consultados por qualquer cidadão.
- E** Atos processuais são sigilosos quando relativos à guarda de crianças e adolescentes. Porém, quando versam sobre alimentos, são públicos.

Questão 63

O ato processual pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado, para integrar a relação processual, é

- A** a carta precatória.
- B** a intimação.
- C** a carta rogatória.
- D** a citação.
- E** o edital.

Questão 64

No que se refere aos crimes de lavagem de dinheiro, é correto afirmar que

- A** a conduta ilícita antecedente à lavagem não pode ser uma contravenção penal.
- B** não admitem a modalidade tentada.
- C** não se pune a forma culposa.
- D** dependem, para a sua consumação, de condenação penal pelo crime antecedente.
- E** o crime antecedente que origina a lavagem deverá estar, taxativamente, listado em lei.

Questão 65

Na desistência voluntária, o agente

- A** pratica todos os atos da execução, atuando para impedir o resultado.
- B** pratica todos os atos de preparação, desistindo do delito antes de sua execução.
- C** desiste de prosseguir nos atos executórios, por sua própria deliberação, mesmo que não espontânea.
- D** permanece na fase da cogitação, não chegando a praticar qualquer ato de preparação.
- E** responde apenas pela figura tentada do delito.

Questão 66

Com relação ao crime de moeda falsa, assinale a opção correta.

- Ⓐ A conduta do agente pode recair sobre moeda estrangeira, ainda que não tenha curso legal no país de origem.
- Ⓑ O crime é compatível com o instituto do arrependimento posterior, desde que o agente repare monetariamente o dano causado.
- Ⓒ O tipo penal não admite a modalidade culposa, mas é punível a modalidade tentada.
- Ⓓ O crime, em qualquer de suas hipóteses, consuma-se no momento em que a moeda é colocada em circulação, desde que a falsificação seja convincente.
- Ⓔ Caracteriza o crime, em sua forma tentada, a guarda ou a aquisição de maquinário destinado à falsificação de moeda.

Questão 67

Em relação à conduta de ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei, é correto afirmar que

- Ⓐ o tipo penal impõe, para a consumação do delito, a existência de recursos para honrar a obrigação.
- Ⓑ é possível o enquadramento da conduta tanto na modalidade dolosa quanto na culposa.
- Ⓒ incorre no mesmo crime o sucessor que assume o cargo e não promove o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido legalmente.
- Ⓓ configura desistência voluntária se, antes de que se tenha operado a efetiva inscrição, o sujeito ativo revogar ou anular o ato anterior.
- Ⓔ é crime próprio, que somente pode ser praticado por detentor de mandato eletivo.

Questão 68

É exemplo de exceção ao princípio da verdade real no processo penal

- Ⓐ a oitiva, por iniciativa do magistrado, de testemunha referida, além daquelas indicadas pelas partes.
- Ⓑ o descabimento da revisão criminal contra sentença absolutória transitada em julgado, *pro societate*.
- Ⓒ a determinação *ex officio* pelo juiz de diligências que reputar necessárias, não requeridas pelas partes.
- Ⓓ o condicionamento do valor da confissão do réu aos demais meios de prova trazidos ao processo.
- Ⓔ a determinação, de ofício, pelo juiz, de busca domiciliar no curso do processo.

Questão 69

O ajuizamento de ação penal privada subsidiária da pública ocorre

- Ⓐ somente nos crimes de ação privada personalíssima.
- Ⓑ somente nos crimes de ação pública condicionada à representação do ofendido.
- Ⓒ somente nos crimes de ação pública condicionada à requisição do ministro da Justiça.
- Ⓓ em todo crime de ação pública, não sendo aplicáveis os institutos próprios da ação penal privada.
- Ⓔ em todo e qualquer crime de ação pública, sendo aplicáveis os institutos da perempção e do perdão do ofendido.

Questão 70

Em conformidade com o que disciplina o Código de Processo Penal quanto ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ É possível a decretação de incomunicabilidade do preso em flagrante delito, por interesse público e para assegurar a apuração do delito, desde que mediante despacho fundamentado da autoridade policial.
- Ⓑ Elementos de prova colhidos no inquérito policial, por autoridade policial fora do âmbito de sua atuação territorial, acarretam nulidade da ação penal.
- Ⓒ Se o crime for de ação penal privada, a instauração do inquérito policial interromperá o prazo para o oferecimento da queixa-crime.
- Ⓓ Determinado o arquivamento do inquérito policial por despacho do juiz, a autoridade policial poderá realizar outras diligências, pelo mesmo fato, diante de novas provas.
- Ⓔ Na ação penal pública condicionada, a representação do ofendido é condição necessária para o início da ação penal, sendo dispensável no âmbito do inquérito policial.

Espaço livre